

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 61.017 - TO (2019/0162077-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**RECORRENTE** : DISLUB COMBUSTÍVEIS LTDA  
**ADVOGADOS** : ERICK MACEDO - PB010033  
LEONARDO AVELAR DA FONTE E OUTRO(S) - PE021758  
CAMILA AMBLARD - PE024833  
**RECORRIDO** : ESTADO DO TOCANTINS  
**PROCURADOR** : NIVAIR VIEIRA BORGES E OUTRO(S) - TO001017

**DESPACHO**

O recolhimento das custas judiciais foi realizado em desacordo com o disposto na Resolução do STJ vigente à época da interposição do recurso, a qual dispõe que no momento do preenchimento da GRU Cobrança deverão ser indicadas obrigatoriamente as informações exigidas no formulário eletrônico disponível no sítio do Tribunal (<http://www.stj.jus.br>), de acordo com o tipo de ação ou recurso escolhido.

De fato, a parte, no momento do preenchimento do formulário eletrônico, indicou erroneamente o "tipo de ação ou recurso escolhido", ou seja, em vez de recolher as custas do recurso em mandado de segurança, fez o recolhimento sob rubrica diversa.

Dessa forma, nos termos do § 7º do art. 1.007 do Código de Processo Civil, **intime-se a parte recorrente para sanar o vício apontado, efetuando, caso seja necessário, novo recolhimento no prazo de cinco dias, sob pena de não conhecimento do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

**MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

Presidente